# Atuação do psicólogo em reabilitação*

FRANCO LO PRESTI SEMINÉRIO**

Nosso papel como psicólogos exige e envolve essencialmente a capacidade de lidar com a contradição e com o conflito: um manejo que se torna imperioso em algumas formas de atuação, sendo talvez a reabilitação profissional um dos campos em que se manifesta ostensivamente.

Partindo dessa consideração, poderíamos abordar o tema, inicialmente, através de uma fantasia que encerra um paradoxo, bem no estilo de Gilles Deleuze, capaz de evidenciar uma contradição profunda entre duas vertentes da realidade social: por um lado, um anseio de se reintegrar o deficiente na força de trabalho e, por outro, a existência de uma demanda competitiva no mercado. Vamos assim por alguns instantes imaginar uma seleção profissional às avessas, na qual, ao invés de se escolherem os candidatos dotados de maior potencial para uma tarefa, fossem sistematicamente eliminados esses candidatos e aproveitados aqueles que evidenciassem as condições mínimas para exercê-la. Evidentemente isso seria o contrário do que se verifica em nossa sociedade, altamente competitiva, na qual o papel da seleção profissional exerce um constante achatamento. De fato, em termos do que realmente ocorre, se num grupo de candidatos há 10 pessoas, três das quais dotadas de um nível de excelência para exercer determinada tarefa, essas três serão escolhidas. No entanto, elas já poderiam talvez exercer uma tarefa mais complexa e isto lhes será impedido, porque para essa tarefa haverá outros três candidatos que revelarão um nível mais alto. Então, na realidade, o próprio sistema seletivo, quer trabalhado pelo psicólogo, quer realizado pelo mercado de trabalho, é um sistema que comprime constantemente, caracterizando a nossa sociedade por uma postura opressiva e dominada pelo que Herbert Marcuse chamou de "princípio da competência — além do princípio da realidade"; um princípio que se baseia numa "*plus*-repressão" constante a que todos os seres humanos devem submeter-se para sobreviver nas sociedades contemporâneas. À luz deste

* Palestra do Prof. Franco Lo Presti Seminério no Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar, no Instituto do Coração do HC da FMUSP, em 7 de outubro de 1983.

** Diretor do ISOP; professor na UFRJ.

critério todos são obrigados a dar à sociedade nunca pelo máximo de suas potencialidades, mas sempre pelo mínimo.

Mas é exatamente esse quadro que leva o problema da reabilitação a exigir um autêntico milagre social. Ou seja, deveríamos poder realizar efetivamente uma seleção profissional aparentemente paradoxal, às avessas, que nos permitisse dizer *não* à escolha sistemática dos melhores, vamos dar preferência, em certa faixa de tarefas, às pessoas que não podem desempenhar outro trabalho. Note-se que isto já foi feito em alguns países, como aconteceu na Espanha algum tempo atrás: indivíduos mutilados, que só podiam manejar os braços, tinham prioridade para exercerem a função de cabineiro de elevador.

Poderíamos ainda perguntar em que medida esse critério não envolveria outra aberração, obrigando o próprio reabilitando a exercer uma profissão que lhe acaba sendo imposta, se o leque de possibilidades fosse muito restrito. Estamos, assim, diante de um problema que apresenta uma série de facetas a serem analisadas para se tentar verificar quais são os caminhos efetivamente disponíveis que levem a soluções ao mesmo tempo humanas e realistas.

De imediato devemos, porém, refletir sobre outro e mais grave paradoxo do momento histórico em que vivemos. Estamos aqui tentando verificar o que é possível se oferecer a um reabilitando, quando há milhões de pessoas sem emprego e sem necessidade de reabilitação. E mais ainda, enquanto nós, aqui, nos esforçamos, tentando resolver o problema do ser humano, existem profissionais da mais elevada qualificação que se preocupam em produzir arsenais que, ao nível atual de algumas estimativas, já permitiriam exterminar 70 vezes consecutivas a espécie humana. Ainda que isto não se realize na sua totalidade, bastará, todavia, que venha a ocorrer um conflito nuclear parcial, no futuro, para que haja um saldo de milhões — ou talvez de bilhões — de pessoas para serem reabilitadas. Como? Por quem? E para quê? São perguntas que permanecem sem resposta, pois chegam a parecer destituídas de qualquer sentido.

Estamos aqui, portanto, preocupados em reabilitar quando outros estão preocupados em oferecer-nos maciçamente a matéria-prima para esta reabilitação.

Sabemos que nesses pontos concentram-se os mais graves conflitos do atual contexto da civilização contemporânea. É evidente que não nos cabe ficar de braços cruzados: temos de buscar caminhos. E nesta busca parece-nos haver um ponto significativo no que vem sendo levantado neste encontro: todos nós, em última análise, somos em parte pacientes e em parte participantes do que ocorre em nosso redor. Somos pacientes à medida que não temos uma liberdade decisória ampla e total: somos levados, obrigados, colocados frente a diversas situações. E isto tanto ocorre conosco como com qualquer pessoa, inclusive com os que se vão submeter a um processo de reabilitação. Mas, por outro lado, somos também participantes à medida que dispomos de uma certa cota de liberdade, de atuação, de deliberação naquilo que ocorre. E é neste parâmetro do quanto de participação, do quanto de limitação que nos resta, que deveríamos entender o problema dos limites do normal para o reabilitando.

Todos nós temos limitações. O ser vivo é por excelência caracterizado pelos limites que o meio impõe, e luta para ultrapassá-los constantemente. Assim, somente a um nível muito ostensivo podemos imaginar que seja imensa a diferença entre uma pessoa que tenha um determinado tipo de deficiência

física e a que não o tenha. Na realidade, essa relação se tornará menor se a observarmos à luz de um panorama mais vasto.

O que nos leva a concluir essa verificação?

Talvez nos obriguemos a admitir que as condições externas, que determinam condições de trabalho, e as condições sociais estão também dentro de certos limites, mas cabe-nos sempre alguma possibilidade de manejá-las. E é por este ângulo que convém relembrar a todos os que atuam em psicologia a necessidade de se abrirem novas frentes.

Neste sentido, há um campo — relativamente recente — a nível mundial: o campo da *ergonomia*, que se preocupa exatamente com este tipo de problema. Ao invés de adaptar, treinar, selecionar a pessoa para uma situação existente, a ergonomia visa modificar as situações existentes em prol das pessoas, tentando reduzir os limites que o meio lhes impõe. Há muitos modos de se conseguir essa reformulação. Tentaremos ilustrar a matéria com alguns exemplos.

Suponhamos que, ao invés de treinarmos primordialmente a pessoa para uma tarefa — e, em nosso caso, ao invés de diagnosticarmos primordialmente um reabilitando para o que ele pode exercer — passemos a diagnosticar prioritariamente a tarefa, para verificarmos como ela poderá ou deverá ser modificada. Uma verdadeira terapêutica das tarefas visando "reabilitá-las".

Ou seja, vamos examinar as condições de trabalho para modificá-las, para portadores de qualquer deficiência ou não.

A necessidade de se proceder dessa forma surgiu durante a II Guerra Mundial, quando foram elaborados equipamentos tão sofisticados que nenhum operador humano tinha condições de poder manuseá-los.

Para nos reportarmos ao que ocorreu efetivamente, imaginemos um painel, no interior de um avião, que contenha tantos mostradores, tantas variáveis, tantos sistemas complexos de acompanhamento de dados que se torna impossível para o piloto processar mentalmente o seu conjunto de dados. Isso é o que se define atualmente, em ergonomia, como ultrapassagem da "carga mental": qualquer pessoa tem limites óbvios, nesta capacidade.

Então, se há uma carga mental, se existe uma carga informacional, e uma carga perceptual, nós compreendemos que além de certo limite não podemos mais adaptar o homem a uma tarefa; só nos restará adaptar a tarefa ao homem. E é possível efetuar uma transformação de tarefas, reformular sua estrutura a partir de uma análise de trabalho não mais empírica, e sim normativa. Este foi o objetivo de dois projetos do nosso Instituto, o ISOP da Fundação Getulio Vargas, um realizado há 10 anos em convênio com o INPS, outro ainda em fase de planejamento e em provável convênio com o Cenesp. Neste último, a ênfase recai no pressuposto de que as tarefas existentes freqüentemente revelam níveis de complexidade desnecessários. Este fato torna-se evidente quando nos defrontamos com portadores de deficiência intelectual que venham a precisar de reabilitação profissional. Geralmente se supõe que essas pessoas não seriam capazes de atuar em determinado âmbito, frente a determinados instrumentos. Por exemplo, supõe-se que não seriam capazes de lidar com os documentos que saem processados de um computador, com códigos sofisticados, mesmo que se trate simplesmente de arrumá-los.

Na realidade, isto é possível, bastando que se faça o rebaixamento do alfabeto utilizado para decodificar. Se utilizarmos uma sigla com palavras em inglês, com números complexos para separar esses documentos, será necessá-

rio valer-se de uma pessoa pelo menos alfabetizada e dotada de um certo nível mental; mas se o computador passar a emitir uma figura geométrica, como uma estrela, para determinado tipo de documento, ou seja, se rebaixarmos o código do nível simbólico para o nível figural, teremos um alfabeto mais elementar e, com isto, poderemos devolver à tarefa, que em si é extremamente simples, sua própria simplicidade, considerando que foi tornada complexa sem razão. Amplia-se, assim, o campo das habilidades muito além do que fora inicialmente previsto para aquela tarefa, abrindo-se oportunidades para pessoas que realmente poderão passar a exercê-las.

Este exemplo é suscetível de inúmeras generalizações no plano da biomecânica, onde muitos movimentos e gestos do operador poderiam, efetivamente, ser simplificados, tornando as tarefas acessíveis a um grande número de pessoas.

Este campo da biomecânica e das transformações que operamos sobre o mundo nos obriga hoje a promovermos uma reavaliação dos limites e da extensão de nossos recursos biopsicológicos, à luz das recentes contribuições da ergonomia.

O que ocorre efetivamente quando operamos deslocamentos no espaço? Na realidade, há sempre uma primeira ordem partindo das novas vias piramidais, seguida por processos neurológicos de controle, regulação e retroalimentação; mas, uma vez cumprida a ação do sistema nervoso, daí em diante tudo se torna mecânico. Assim, quer se trate de erguermos um objeto com a mão, quer se trate do cientista que coloca a mão numa alavanca para transmitir energia teleguiada através do espaço — até mesmo fora do nosso planeta—, a ordem cerebral é a mesma, capaz de acionar um braço ou de estender-se no espaço através de uma prótese artificialmente estabelecida, capaz de operar a distâncias gigantescas, quando normalmente operamos a uma pequena distância. Ora, a partir desta consideração, toda a nossa tecnologia e a nossa cultura, em última análise, são gigantesca prótese construída ao nosso redor.

Evidentemente tal fato começou na pré-história, quando a extensão representada por um galho de árvore passou a aumentar o alcance do braço humano, e quando a deambulação crural pôde estender-se através de uma simples causa ou pela equitação.

Com o advento da civilização esta expansão atingiu nossa atividade central, nossa memória. Leitura e escrita são a projeção, a extensão de nós mesmos fora de nós, através de registros e códigos.

O progresso industrial recente multiplicou esses passos: hoje, através de um avião, através de um automóvel estendemos imensamente os nossos dispositivos motores, os nossos meios de locomoção.

E hoje, através das máquinas informacionais, os nossos processos de decisão encontram uma projeção outrora inimaginável. Mas esse progresso, através desse caminho, tem sempre um objetivo: ampliar as possibilidades existenciais de cada ser humano, para que a todos seja assegurado um lugar que lhes permita efetivamente dar de si o melhor à sociedade.

A possibilidade de dar o melhor de si à sociedade não é apenas uma obrigação que cada um de nós tem; é acima de tudo um direito que deveria assegurar a todo ser humano a possibilidade de oferecer o melhor de si, a fim de se realizar e poder construir uma significação para sua vida.

Nossa existência é feita, em última análise, de significações, vinculadas ao que nós podemos elaborar, construir e oferecer, ao que podemos efetiva-

mente dar à sociedade. Por esta razão, o que se torna essencial é tentar levar o reabilitando a ser um participante, para que ele assuma o controle das situações que estiverem ao seu alcance e supere a posição de mera receptividade; nossa assistência deverá levá-lo a vencer dependências.

O caminho da ergonomia visa, assim, abrir novas perspectivas através de um rebaixamento efetivo dos limites com os quais se defronta o reabilitando, permitindo-lhe o acesso a inúmeras tarefas nas quais as dificuldades são desnecessárias ou artificiais e podem, portanto, ser eliminadas ou reduzidas. Dentro desse mesmo espírito realizamos, há cerca de 10 anos, outro projeto em convênio com o INPS.

Nesse estudo o que se visava era uma avaliação crítica dos limites reais que se impunham em cada situação da reabilitação a ser planejada. Ou melhor, a partir da definição de cada limite registrado, avaliar qual seria a efetividade existente de capacidades físicas e mentais.

O aspecto significativo foi a tentativa de emparelhar essas efetividades com a natureza das tarefas: tentou-se diagnosticar as tarefas de um conjunto de ocupações pelo lado negativo, pela não-existência de comportamentos possivelmente comprometidos.

Através de um levantamento em campo de grande extensão (foram visitadas *in loco* 990 empresas, ou seja, a quase-totalidade das indústrias de transformação então existentes no Rio de Janeiro), tornou-se possível selecionar três grupos de ocupações destináveis a reabilitandos, portadores de deficiências motoras, ou perceptuais ou intelectuais. Evidentemente, três modelos teóricos e metodológicos foram estabelecidos para cada uma dessas três áreas.

No âmbito das deficiências motoras procuramos levantar os gestos elementares partindo da técnica outrora ensaiada por De Läet e Lobet. Assim, considerando as opções neurológicas e articulares em suas alternatixas diferenciais, chegamos a definir os gestos possíveis que ocorrem no trabalho agrupando-os em 69 unidades. Essas 69 unidades nos permitem diagnosticar as tarefas pela presença e pela ausência. Um estudo aprofundado e paralelo dos danos fisiológicos que podem impedir ou impossibilitar cada um desses gestos — o que representou uma extensa área de pesquisa especializada dentro desse projeto — tornou viável efetuar análises de trabalho visando aferir as tarefas residuais e, através do estudo concomitante de mercado de trabalho, registrar onde efetivamente se localizam como ocupações reais nas empresas existentes.

O modelo utilizado para as deficiências perceptuais centralizou-se no problema dos limites quantitativos de deficiências, categorizando os impedimentos de condutas.

Finalmente, no plano das deficiências intelectuais a nossa abordagem foi diferente, cabendo-nos primeiramente selecionar o contexto teórico que nos permitira uma análise não mais meramente operacional, e sim funcional de cada tarefa.

Por que funcional? Porque se nos cingíssemos a uma mera descrição da conduta observada em cada tarefa, tentando graduar sua dificuldade mediante julgamentos arbitrários, equiparando-a aos saltos correspondentes nos escores dos velhos instrumentos de QI, ou do fator *G*, ou de fatores específicos, não conseguiríamos informações úteis e discriminantes para decidirmos quais as possíveis tarefas compatíveis para uma pessoa que tem uma determinada limitação intelectual. Nós precisamos saber exatamente que tipo de processamento existe na tarefa e que tipo de processamento torna-se viável na pessoa. Depois

de avaliar muitas alternativas optamos pela teoria de Jean Piaget, que nos forneceu o arcabouço para podermos fazer análises de trabalho dividindo as tarefas em quatro níveis, sendo dois pré-operatórios (simbólico e intuitivo) e dois operatórios (concreto e formal).

A avaliação de tarefas em termos de um nível simbólico evidencia um nível que vai pouco além dos esquemas sensório-motores, tal como a concentração da atividade numa única operação psicomotora. O nível intuitivo corresponde às demais representações do tipo pré-operatório. O nível das operações concretas pode ser verificado nas tarefas pela utilização de atividades de classificação, seriação das diversas formas de conservação. A partir desse diagnóstico inspirado nos tipos de instrumentos piagetianos, torna-se viável reconhecer as tarefas e quais os níveis de dificuldade real para um portador de deficiência intelectual.

Tivemos a satisfação de ouvir de viva voz de Jean Piaget, ao lhe entregarmos uma síntese do trabalho, que, pela primeira vez, a teoria dele vinha a ser utilizada em termos de psicologia do trabalho. Estes projetos representam, acima de tudo, uma perspectiva de se utilizar a renovação tecnológica proposta pela ergonomia na área da reabilitação. Trata-se de uma tentativa coerente com objetivos mais abrangentes da ergonomia que se propõe inverter o velho refrão de biologia, ou seja, não mais adaptar o homem ao meio, mas sim, adaptar o meio ao homem e, em especial, o meio tipicamente humano, a cultura, que se afigura ao mesmo tempo como nosso produto, um produto que nós manuseamos, uma extensão de nós mesmos que podemos constantemente transformar.

O que a ergonomia se propõe, portanto, é retomar o planejamento da própria cultura, reformulando-a em função das exigências da natureza humana.

Para concluir, gostaríamos de enfatizar o lado existencial de nosso trabalho. A maior distorção do nosso tempo é ainda a de se visualizar o ser humano como uma máquina de produtividade, econômica. Não é este o objetivo de nossa existência e tampouco o de quem se submete à reabilitação.

Precisamos ultrapassar essa visão restritiva. Precisamos entender que a reabilitação não é apenas a reintegração de um ser humano na força de trabalho, mas é ou deve ser acima de tudo a evolução de um sentido para a vida dos que percebem consciente ou inconscientemente sua perda de ação como uma mutilação de sua própria identidade.

O objetivo é sempre o mesmo que impulsiona o progresso, a ciência e a tecnologia: ultrapassar, para todos os seres humanos, os limites que a realidade nos impõe, ainda que, por vezes, este esforço venha a configurar-se como um paradoxo.